

KRONFELDNER, Maria. *What's left of human nature?: a post-essentialist, pluralist, and interactive account of a contested concept*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

dx.doi.org/
10.23925/1984-3585.2021i24p241-246

Licensed under
CC BY 4.0

Resenha do livro *What's left of human nature?* de Maria Kronfeldner

Isabel Jungk¹

O livro se desenvolve a partir de uma perspectiva da filosofia da ciência com alcance para a filosofia social, moral e política. Distinguindo entre “natureza humana” (nH) – pensar o que significa ser humano a partir das propriedades que o tornam humano –, e “natureza humana” (Nh) – pensar o que significa ter uma natureza do ponto analítico e reflexivo –, Kronfeldner aborda o que significa argumentar que há um conceito de “natureza” aplicável filosoficamente aos humanos e quais suas implicações.

Buscar uma definição de Nh mostra-se central para pensar temas como evolução humana; divisões entre natureza e aprendizado/cultura; limites natureza/cultura (humano/animal; humano/máquina etc.), definição do que é inato e determinismo genético; universais humanos e variação cultural; diversidade genética e melhoramento (*enhancement*); inteligência artificial e transhumanismo, bem como moral, especismo, racismo, sexismo, normalidade, florescimento e essencialismo.

Kronfeldner pergunta o que significa possuir uma Nh, questionando a atualidade do conceito e os compromissos epistemológicos e ontológicos de utilizá-lo. Ela argumenta que a possível resposta a essas questões é uma abordagem *pós-essencialista*, que elimina o conceito de essência atrelada ao de Nh; *pluralista*, pois há três diferentes conceitos de Nh com fundamentações distintas, e *interativa*, uma vez que a cultura interage nos níveis de desenvolvimento epigenético e evolucionário, e também porque os humanos criam partes de sua natureza através de efeitos reflexivos (*looping effects*) do uso classificatório e explanatório do conceito de Nh.

¹ Isabel Jungk é Doutora em Tecnologias da Inteligência e Design Digital e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. ORCID: orcid.org/0000-0002-3966-0714. CV Lattes: lattes.cnpq.br/2830878145479718. E-mail: isabeljungk@yahoo.com.br.

O livro trata de três aspectos da Nh: seu *status ontológico*, isto é, se há uma Nh que seja real; seus *papéis epistêmicos*, ou seja, as funções do uso de um conceito de Nh (classificação, descrição e explicação), e suas *funções pragmáticas*, ou qual a importância do conhecimento acerca da Nh.

O capítulo 1, “Introduction: what’s at issue”, apresenta as bases para a discussão da Nh. Há *naturezas das coisas* ou essências e há a *natureza*, um domínio de coisas investigáveis de forma sistemática e baseado em evidências, ou seja, o domínio do conhecimento produzido pelas ciências. Pergunta-se se, para admitir uma natureza, é necessário admitir uma essência.

Tradicionalmente, há quatro fundamentos dos diferentes conceitos de Nh: (1º) *especificidade*, (2º) *tipicidade*, (3º) *fixidez* e (4º) *normalidade*. Especificidade e tipicidade humanas relacionam-se à questão do essencialismo e pensamento por tipos. A fixidez de características levanta a questão da hereditariedade e da divisão entre natureza e aprendizado, e a normalidade deve ser debatida no sentido de se ela deve fazer parte do entendimento sobre o humano na ciência, na política, na ética e na moralidade. Assim, falar em Nh significa referir-se a propriedades que são específicas e típicas da espécie, que envolvem alguma fixidez e que constituem a normalidade, isto é, como uma espécie deve ser.

A espécie humana é composta pelo grupo *Homo sapiens*, pano de fundo das discussões sobre a Nh. Critérios para estabelecer o pertencimento a uma espécie são considerados classificatórios. Por outro lado, o termo “humano” pode ser aplicado a um grupo social, e se refere ao que significa ser uma pessoa, um membro da humanidade (*humanity*). Somente humanidade funciona para se referir a um grupo moral, e o termo “humano” pode referir-se a um grupo biológico ou social, cada um com naturezas classificatória, explanatória e descritiva próprias, sendo que os dois grupos se interseccionam (e.g., humanoides e especismo).

Pode-se dizer que há três tipos de natureza em relação à espécie humana. Há uma *natureza classificatória* (NhC) que substitui uma essência definitiva da espécie. A NhC consiste das condições sob as quais um organismo participa da espécie *H. sapiens*. Essas condições são relacionais e referentes a um nexos genealógico, e só derivativamente referem-se à especificidade e tipicidade das propriedades. Também há condições para pertencer à humanidade estabelecidas por aqueles que dela fazem parte. Cada grupo envolve uma *natureza descritiva* (NhD) de sua respectiva forma de vida (*humaneza, humanness*), que abrange traços típicos e estáveis (fixidez) passados e presentes. Cada ciência adota certas generaliza-

ções como base para seu conceito de natureza humana. A especificidade é importante para estabelecer diferenças tais como humano-animal. A humanidade ou NhD precisa ser descrita em termos ontogenéticos (desenvolvimento e evolução). Nh também pode se referir a fatores explanatórios (NhE). Em contextos explanatórios, uma natureza humana fixa contrasta com um aprendizado humano menos fixo (*human nurture*), isto é, que envolve cultura, sociedade e ambiente. A fixidez se opõe ao consenso contemporâneo de que *nature* e *nurture* interagem no nível do desenvolvimento e evolução. A NhE não é interna ao organismo individual, mas à população de indivíduos que forma um determinado grupo (espécie humana ou humanidade).

Ao diferenciar essas três naturezas, também se diferenciam três tipos de papéis epistêmicos desempenhados pelo conceito de Nh. Ao classificar e explicar os humanos, os indivíduos reagem a esses atos epistêmicos e se modificam, modificando também as generalizações em relação às naturezas descritiva e explanatória (*looping effects*). Ao contrário, o conceito de *essência* desempenhava todos esses papéis simultaneamente.

Há uma *função normativa pragmática* relacionada ao conceito de Nh, ao se referir a propriedades que humanos devem compreender a fim de sobreviver, se desenvolver ou mesmo ser moralmente bons (normalidade). A Nh serve para estabelecer o pertencimento a determinados grupos, o acesso a certos direitos etc., com base no que é considerado normal para os humanos, com base em tipicidade e até em fixidez, levando em certos casos à desumanização de alguns.

A parte I do livro, “Three challenges”, de caráter crítico, compreende os capítulos 2 a 4 nos quais são analisados os desafios que o conceito de Nh enfrenta nos debates contemporâneos.

O capítulo 2, “The dehumanization challenge”, trata da desumanização resultante da aplicação do conceito de Nh a questões sociais. Certas propriedades ou comportamentos são discriminados e excluídos, desumanizando aqueles a quem são negados certos *status* e direitos, sendo um desafio moral manter a desumanização sob controle nas ciências e na sociedade, e deve-se chegar a um conceito científico objetivo de Nh que não conflite com ideias sobre igualdade, justiça e direitos humanos.

O capítulo 3, “The Darwinian challenge”, mostra que, devido à variabilidade dos organismos, que se modificam rumo à evolução, obstaculizando chegar a uma essência definitiva do *H. sapiens*, o conceito de Nh como essência classificatória e explanatória do *H. sapiens* não existe, sendo uma miragem de uma ontologia biológica ultrapassada, sem fundamento na ontologia científica.

O capítulo 4, “The developmentalist challenge”, aborda a crítica de visões dualistas do desenvolvimento ontogenético, e de questões que consideram traços fenotípicos como devidos à natureza ou à nutrição (*nurture*). Essa divisão impede considerar as interações entre natureza, cultura e ambiente no desenvolvimento intergeracional e evolucionário. Para o consenso interacionista tal separação é impossível, e se opõe também ao determinismo genético ou a outras formas de priorizar uma ou outra nos níveis de desenvolvimento. Para a autora, também nesse sentido um conceito essencialista de Nh não pode ser sustentado.

A Parte II, “Three natures: a post-essentialist, pluralist, and interactive reply to the three challenges”, e composto pelos capítulos 5 a 9, e constrói uma possibilidade conceitual como alternativa ao conceito essencialista de Nh, defendendo diferenças dinâmicas entre herança biológica (*nature*) e herança cultural (*nurture*). Busca-se prover uma diversidade de conceitos de *naturezas humanas* no plural, que possam ser usados nas ciências e humanidades, apesar dos três desafios. É uma reconstrução do que a Nh pode significar se a desumanização for controlada, respeitando os limites colocados pelo conhecimento biológico. A resposta é que há uma *natureza classificatória* (NhC), uma *natureza descritiva* (NhD), e uma *natureza explanatória* (NhE) que cumpre uma função explanatória não essencialista.

O capítulo 5, “Genealogy, the classificatory nature, and channels of inheritance”, mostra que a importância da genealogia (reprodução biológica e transmissão intergeracional de recursos de desenvolvimento) está em dar conta de uma NhC, sendo também importante para a NhE e NhD do *H. sapiens*. O resultado é pluralista e realista, pois essas naturezas correspondem a coisas existentes no mundo. Contudo, com o tempo a genealogia poderá se tornar contingente em função dos avanços nas tecnologias reprodutivas.

O capítulo 6, “Toward a descriptive human *nature*”, defende o pluralismo e busca reestabelecer a NhD da espécie humana, pois a tipicidade pode ser um critério necessário para definir uma Nh a partir de certos traços fenotípicos, apesar dos polimorfismos que as espécies podem exibir. Típico não significa universal, e a variação de traços pode ser aceita na definição da Nh. Kronfeldner (2018, p. 145) oferece uma definição pluralista da NhD: “propriedades que são instanciadas por um número estatisticamente significativo de humanos e que ocorrem de maneira confiável durante um lapso de tempo significativo”.

O capítulo 7, “The stability of human nature”, mostra que a estabilidade da hereditariedade pode substituir a fixidez geralmente associada à NhD, provendo um caminho pós-essencialista para conciliar natureza e cultura. A NhD é assim reconstruída: “um traço típico é parte da natureza humana se os recursos de desenvolvimento que fazem a diferença para o traço (abstraído) são conservados ao longo do tempo evolutivo pela herança biológica ao invés da herança cultural” (ibid., p. 164-5). Essa definição tem a vantagem de não assumir nenhuma especificidade, universalidade ou fixidez evolucionária; pois nada precisa ser inato, e tudo muda constantemente, embora alguns traços mostrem mais estabilidade.

O capítulo 8, “An explanatory nature”, mostra que toda NhD tem uma contraparte explanatória, pois a NhE se refere a um conjunto estável de recursos de desenvolvimento que são típicos e biologicamente herdados, concernentes à população e não aos indivíduos, o que é defendido com base no descarte dos essencialismos revisionários, que sofrem de vieses intrínsecos, por assumirem que uma NhE necessita ser interna ao organismo individual. A sugestão é reconceituar a NhE como interna a uma população de indivíduos: “um conjunto estatístico de recursos de desenvolvimento herdados biologicamente que são prevalentes e estáveis durante um período considerável na história evolutiva da espécie humana” (ibid., p. 185). Essa NhE populacional é perfeitamente compatível com as demandas dos desafios darwiniano e do desenvolvimento.

O capítulo 9, “Causal selection and how human nature is thereby made”, mostra que a seleção causal se relaciona a como a Nh é criada. Explicar traços humanos envolve uma escolha epistêmica (adaptar o *explanandum*) ao ignorar certos fatores causais e incluir outros na explicação (seleção causal), enviesando as explicações. Posições normativas (preferências e valores) tornam certas causas visíveis, destacando-as e tornando-as reais, pois toda explicação faz com que o comportamento das pessoas se mantenha estável ou mude, ao modificar o padrão de normalidade adotado. Via efeitos reflexivos explanatórios (*explanatory looping effects*), nota-se uma *reflexividade*: “humanos influenciando o padrão de similaridades e diferenças em humanos pelas suas explicações parciais como efeito reflexivo” (ibid., p. 207), sendo essa a forma em que os humanos parcialmente criam sua natureza.

A parte III, “Normativity, essential contestedness, and the quest for elimination”, discute como ciência, valores e sociedade interagem, e lida com a normatividade, a contestação das essências e a busca da eliminação do uso linguístico do termo Nh.

O capítulo 10, “Humanism and normativity”, mostra que o humanismo insiste que todos são iguais, sujeitos a direitos humanos e normas de justiça, o que envolve avaliações normativas sobre como os humanos devem viver. Apesar da diferença entre espécie humana (nexo genealógico) e humanidade (nexo social), há somente um grupo moral de seres humanos assim considerados com base em critérios contingentes, via escolha daqueles que já pertencem ao grupo. A NhD reconstruída pode ter importância ética, moral e política para determinar o que é necessário para o florescimento humano. Chega-se a um conceito dialético de uma Nh reflexiva, descritiva e explanatória sempre mutável e contestável, sobre o qual não pode haver consenso, em função da natureza dialética do que ele denota. Isso não significa que o conceito deva ser descartado, pois a discordância sobre ele é produtiva para alcançar algo de valor conectado ao conceito.

No capítulo 11, “Should we eliminate the language of human nature?”, discute-se que o termo Nh tornou-se ambíguo e redundante para descrever os problemas de fato que os cientistas querem descrever com ele. A isso soma-se o alto risco de prejuízo social de seu uso pela desumanização que ele promove. Decidir se o termo Nh deve ser evitado envolve valores epistêmicos que se relacionam às funções pragmáticas do conceito. Tomadas em conjunto, elas levam a importantes equilíbrios de valores e consequências que permitem a aplicação de um princípio de precaução, que pende para o ideal regulativo que prescreve eliminar a linguagem da Nh. Há noções pós-essencialistas que podem substituí-la sem usar a palavra natureza. Assim, Kronfeldner conclui que o conceito de Nh pode permanecer, mas a antiga terminologia deve ser evitada tanto quanto possível.